

# CONVERGÊNCIAS ENTRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGROECOLOGIA

*CONVERGENCES BETWEEN FOOD  
SOVEREIGNTY AND AGROECOLOGY*

*CONVERGENCIAS ENTRE SOBERANÍA  
ALIMENTARIA Y AGROECOLOGÍA*

Diamantino Pereira

Graduação em Geografia (USP), mestrado em Geografia Humana (USP) e doutorado em Ciências Sociais (PUCSP). Professor do curso de Gestão Ambiental da EACH-USP e do (ProMuSPP).

E-mail: [diamantino@usp.br](mailto:diamantino@usp.br)

Tamires Fakh

Graduação em Gestão de Políticas Públicas (USP), mestrado em Geografia Humana (USP) e doutoranda do ProMuSPP (USP).

E-mail: [tamires.fakh@usp.br](mailto:tamires.fakh@usp.br),

Cristiana Maymone

Graduação em nutrição (UFPE), Mestre em nutrição em Saúde Pública (USP) e doutoranda do ProMuSPP. Funcionária da Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde.

E-mail: [crismaymone@usp.br](mailto:crismaymone@usp.br)

## Resumo:

O Movimento pela Soberania Alimentar questiona a sustentabilidade do sistema alimentar hegemônico. Neste texto, buscamos demonstrar que esse questionamento vai além dos aspectos ambientais e não se resume apenas à proteção ambiental como um fim em si, mas sim como um meio de alcançar o bem-estar das populações, especialmente as mais vulneráveis. A metodologia de pesquisa utilizada foi qualitativa, com base em uma revisão bibliográfica sobre o sistema alimentar hegemônico, as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade. Identificamos como a FAO e o Banco Mundial têm incorporado essas concepções, bem como a forma como o Movimento pela Soberania Alimentar percebe o sistema alimentar hegemônico, suas concepções e práticas dessas organizações. Documentamos a convergência do Movimento pela Soberania Alimentar com a Agroecologia, uma ciência, um movimento e uma prática agrícola relacionada não apenas com a produção de alimentos, mas que também contribui para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas.

**Palavras-chave:** Sistemas alimentares, Soberania alimentar, Desenvolvimento sustentável, Agroecologia.

**Abstract:**

The Movement for Food Sovereignty challenges the sustainability of the dominant food system. In this text, we aim to demonstrate that this critique extends beyond environmental considerations and is not solely focused on environmental protection as an isolated objective. Instead, it is viewed as a means to achieve the well-being of populations, particularly those who are most vulnerable. The research methodology employed was qualitative and relied on a literature review of the dominant food system, development concepts, and sustainability. We examined how the FAO and the World Bank have incorporated these notions, as well as how the Movement for Food Sovereignty perceives the dominant food system and the ideologies and practices of these institutions. We documented the convergence of the Food Sovereignty Movement with Agroecology, which encompasses a scientific discipline, a social movement, and an agricultural practice. Agroecology not only pertains to food production but also contributes to addressing the impacts of climate change.

**Keywords:** Food systems, Food sovereignty, Sustainable development, Agroecology.

**Resumen:**

El Movimiento por la Soberanía Alimentaria cuestiona la sostenibilidad del sistema alimentario hegemónico. En este texto, buscamos demostrar que este cuestionamiento va más allá de los aspectos ambientales y no se limita a la protección del medio ambiente como fin en sí mismo, sino como medio para alcanzar el bienestar de las poblaciones, especialmente de las más vulnerables. La metodología de investigación utilizada fue cualitativa, basada en una revisión bibliográfica sobre el sistema alimentario hegemónico, las concepciones de desarrollo y sostenibilidad. Identificamos cómo la FAO y el Banco Mundial han incorporado estas concepciones, así como la forma en que el Movimiento por la Soberanía Alimentaria percibe el sistema alimentario hegemónico, sus concepciones y las prácticas de estas organizaciones. Documentamos la convergencia del Movimiento por la Soberanía Alimentaria con la Agroecología, una ciencia, un movimiento y una práctica agrícola relacionada no sólo con la producción de alimentos, sino que también contribuye a hacer frente a los efectos del cambio climático.

**Palabras-clave:** Sistemas alimentarios, Soberanía alimentaria, Desarrollo sostenible, Agroecología.

## Introdução

Partimos da consideração de que o movimento pela soberania alimentar caminha no sentido da crítica e propõe uma alternativa ao sistema alimentar hegemônico, baseado no agronegócio e nas grandes corporações, além de se tratar de uma bandeira empunhada por um forte movimento popular de abrangência global, a Via Campesina.

Destacamos a articulação do movimento pela Soberania Alimentar com a Agroecologia, esta considerada como uma ciência, uma prática agrícola e também um movimento. Estabelecemos como objetivo demonstrar a dinâmica dessa convergência, discutindo neste texto os elementos que consideramos fundantes do movimento pela Soberania Alimentar e da Agroecologia e que demonstram nesses dois âmbitos uma confluência de análises, avaliações e propostas alternativas ao sistema alimentar dominante envolvendo tanto os movimentos populares quanto a academia. Entre outros temas, aprofundaremos a discussão sobre os níveis de transição agroecológica e a questão da utilização na agricultura dos insumos externos na propriedade, e ainda o princípio consignado nos dois movimentos do privilégio do direcionamento da produção alimentar para os mercados locais. Para isso, o trabalho baseia-se numa ampla revisão bibliográfica e documental sobre o sistema alimentar hegemônico, a Soberania Alimentar e a Agroecologia.

O movimento pela Soberania Alimentar e os debates no âmbito da Agroecologia trouxeram à tona a discussão da sustentabilidade, que se relaciona com os sistemas alimentares na medida em que eles são os destinatários de um terço da energia

usada globalmente e contribuem com cerca de um terço do total de emissões antropogênicas de gases de efeito estufa (GEE). Especificamente o setor agrícola ocupa 38% da superfície terrestre global e é o maior usuário dos recursos de água doce do mundo (McLaren *et al.*, 2021).

As maiores extensões de terras em produção agropecuária são altamente especializadas, geralmente monoculturais e agroquímicas, dependendo de insumos e energia de combustíveis fósseis e produzindo commodities para o mercado mundial.

Os impactos produzidos por esse modelo tem sido objeto de atenção, inclusive por órgãos multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que tem identificado perdas de colheitas e problemas com a produtividade e tem indicado a necessidade de adaptações na produção agrícola em todas as regiões do mundo. Entretanto, como a produção agropecuária está integrada com as atividades que lhe dão suporte e as que possibilitam a circulação de seus produtos, a sua abordagem não pode se dar de forma isolada, mas em um conjunto integrado que podemos denominar como Sistema Alimentar.

O sistema alimentar pode ser entendido como a reunião de

todos os elementos (ambiente, pessoas, insumos, processos, infraestruturas, instituições, etc.) e atividades relacionadas à produção, processamento, distribuição, preparação e consumo de alimentos, e os resultados dessas atividades, incluindo resultados socioeconômicos e ambientais (HLPE, 2014, p. 29).

Entretanto, “os sistemas alimentares são mais do que a mera agregação de um conjunto de atividades interligadas” (Maluf,

2021, p. 5) <sup>1</sup>.

O conceito de Sistemas alimentares apresenta a virtude de possibilitar uma análise integrada de todas as fases e processos envolvidos mas não apresenta em princípio uma caracterização do sistema hegemônico na atualidade, elemento que nos é trazido por McMichael, que o denomina como corporativo, correspondendo ao período atual de fundo neoliberal, onde o protagonismo de Estado vai sendo progressivamente hegemônico pelas grandes corporações e que poderia ser reconhecido por suas conformações dominantes de transnacionalização, supermercadoização, financeirização, apropriação da terra e dos recursos naturais (McMichael, 2005). Ploeg (2008) assume em grande parte a conceituação de McMichael, mas com a denominação de “Regime Alimentar Imperial”. Neste texto adotaremos a proposição conceitual do *High Level Panel of Expert* (HLPE, 2014), mas, desde já, caracterizamos o Sistema Alimentar hegemônico da atualidade com as características apontadas por McMichael e Ploeg nos textos supra apontados.

Apesar do alcance global dos sistemas alimentares, potencializado pelas políticas subordinadas à Organização Mundial do Comércio (OMC), a prevalência da fome crônica no mundo em 2020 atingiu 811 milhões de pessoas, tendo aumentado quase 20% em relação a 2019, motivado pela pandemia, além dos eventos climáticos extremos e conflitos armados em várias partes do mundo. A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que mais de 3 bilhões de pessoas não podem pagar por uma alimentação adequada e saudável e o seu acesso é, como

---

<sup>1</sup> Todos os textos de língua estrangeira foram traduzidos pelo(a)s autore(a)s deste artigo

sabemos, um aspecto fundamental para a saúde das populações.

Embora a disponibilidade de alimentos tenha aumentado nas últimas décadas, o enfrentamento da questão da fome e da segurança alimentar tem sido proposto como uma questão de aumento da produção e produtividade em diversos fóruns mundiais, negligenciando outras questões relevantes para a segurança alimentar, como a pobreza, desemprego, preços, aspectos de gênero, padrões de consumo e nutrição (Fouilleux; Bricas; Alpha, 2017).

Os impactos negativos do sistema alimentar hegemônico sobre o ambiente e a saúde humana estão em escalada crescente. Entre eles podemos citar o desmatamento, a perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa, contaminação de alimentos com resíduos de agrotóxicos, além de dietas pouco nutritivas e aumento de doenças crônicas, como obesidade e diabetes, devido ao alto consumo de alimentos ultraprocessados.

Esses fatos e perspectivas ambientais, econômicas e sociais colocam questões para reflexão aprofundada sobre os sistemas alimentares, sobretudo a questão de que a segurança alimentar não pode ser tratada apenas como um problema de aumento de produção ou de abastecimento, uma vez que os elementos que a compõem interagem.

Os movimentos sociais do campo, organizados pela Via Campesina têm manifestado sua oposição às concepções limitadas de enfrentamento da insegurança alimentar que vão desde o questionamento da atual estrutura do comércio internacional de alimentos vinculada à OMC com seus efeitos de insegurança alimentar em países exportadores de alimentos e os efeitos perversos

observados com relacionada à prática de *dumping*<sup>2</sup> em algumas *commodities* agrícolas (Murphy; Hansen-Kuhn, 2020).

A reivindicação que se transformou em movimento pela soberania alimentar partiu da crítica, não ao conceito de segurança alimentar em si, mas ao que ele representava em termos de liberalização comercial internacional. Teve a função estratégica de contestar as vias de materialização dessa política, não só questionando o papel das regulações de livre comércio de produtos agroalimentares da OMC, mas inclusive rejeitando a participação dessa organização nesses assuntos, ao mesmo tempo em que passou a propor a adoção de práticas agroecológicas baseadas em procedimentos de baixos insumos e trabalho intensivo.

Como manifesta a Via Campesina, no caminho da Soberania Alimentar, o sistema hegemônico deve ser trocado por um sistema que “devolva a terra à sua função social de produtora de alimentos e sustentadora da vida, que coloque no centro a produção local de alimentos, assim como os mercados e processamento locais” (Via Campesina, 2012), considerando que foram as dificuldades de acesso aos alimentos da população de baixa renda aliada à variação dos preços mundiais dos alimentos que levaram o movimento a considerar que a proposta de acesso aos alimentos pela via do comércio, inclusive internacional, não atinge justamente as imensas camadas da população que não tem acesso a esses mercados.

---

<sup>2</sup> A política de "ajuda alimentar" dos EUA teve início em 1954 com a implementação da lei denominada como "*Food for Peace Act*" e o período mais avassalador dessa política ocorreu entre as décadas de 1950 e 1980. Essa política produziu efeitos de dumping porque os alimentos eram subsidiados pelo governo dos EUA, permitindo que fossem oferecidos a preços inferiores ao custo de produção local, configurando a prática de dumping, e desestimulando a agricultura nos países beneficiados, destruindo mercados locais e criando dependência de importação de alimentos.

Isto exposto, é essencial a compreensão sobre as ações e debates que acontecem em cenários cercados de disputas políticas e ideológicas, bem como as formas como ocorrem seu entrelaçamento.

### **Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) na agenda pública**

No Brasil, durante a década de 1990, mesmo diante de algumas políticas implementadas por governos anteriores, a fome persistia pelo país nas franjas das cidades urbanizadas e nas zonas rurais, sobretudo na região do semiárido. Em 1993, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) divulgou o Mapa da Fome revelando que 32 milhões de pessoas eram afetadas com níveis variados de insegurança alimentar (Peliano, 1993).

Com o entendimento de que era preciso combater as causas da fome que passavam pela questão da concentração de renda e de terras, pelos altos índices de desemprego e pelo baixo poder de compra que o salário mínimo permitia, foi formulado o Programa Fome Zero em 2003, que levou o debate sobre soberania e segurança alimentar e nutricional para a agenda pública, envolvendo Estado, sociedade civil e empresariado no enfrentamento da fome.

Para superar as causas da fome, articularam-se políticas estruturais, como redistribuição de renda, geração de empregos e políticas compensatórias, de ordem mais emergencial. Somado a isso, criou-se um conjunto de políticas para garantir o acesso à alimentação, sobretudo para a população mais vulnerável. Um outro direcionamento foi que a segurança alimentar e nutricional deveria ser garantida de forma territorial, valorizando e fomentando a dinâmica da economia regional e local.



Nesse sentido, o Programa Fome Zero articulou quatro eixos que geraram políticas públicas de acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social (Leão e Maluf, 2009; Takagi, 2010).

Esse conjunto de políticas permitiu o fortalecimento, de um lado, da produção da agricultura familiar e de outro a estrutura necessária para o escoamento dessa produção com as compras do governo no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>3</sup> e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>4</sup>. Ligado a esse processo, os alimentos passaram a chegar com mais intensidade às camadas da população mais necessitadas e nos fez vislumbrar a possibilidade da ênfase em outro modelo de produção de alimentos e de seu acesso pela população. Entretanto, devemos notar que, nesse aspecto, os governos Lula e Dilma mantiveram também uma política de apoio ao agronegócio<sup>5</sup>.

Essa dualidade em relação às políticas destinadas à produção agropecuária e também às políticas sociais de renda e

---

<sup>3</sup> O PAA compra alimentos diretamente de agricultores familiares a preços de mercado e sem intermediários. Ao fornecer um mercado certo e preços justos, o programa beneficia os agricultores familiares, assegurando renda estável aos produtores. O programa visa garantir a segurança alimentar de populações em situação de vulnerabilidade, pois destina os alimentos adquiridos para instituições de utilidade pública como escolas, hospitais e creches.

<sup>4</sup> O PNAE fornece alimentação saudável e adequada aos alunos da rede pública de ensino e exige que pelo menos 30% dessa alimentação seja oriunda de produtores familiares, incentivando assim a agricultura familiar local.

<sup>5</sup> Esse apoio pode ser verificado observando-se o volume crescente de recursos subsidiados direcionado para o setor através do crédito rural, sendo que no período entre 2003 e 2015 foi concedida para a agricultura familiar uma média de apenas 16% dos recursos destinados ao agronegócio conforme dados disponíveis na matriz de dados do crédito rural (MDCR) do Banco Central.

acesso à alimentação foi severamente abalada após o golpe de 2016 que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff.

Na continuidade, o governo Bolsonaro desarticulou os programas sociais e estruturas de governo relacionadas ao combate à pobreza e ao acesso à alimentação, bem como às políticas destinadas à agricultura familiar, por meio do enfraquecimento das instituições e das reduções orçamentárias desses programas e políticas públicas. Entre elas, podemos citar:

- Extinção do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) com a consequente perda da coordenação das políticas de acesso à alimentação;
- Diminuição das compras do PAA que passaram de uma média de R\$ 330 milhões anuais entre 2006 e 2015 para a média anual de R\$ 102 milhões entre 2016 e 2022 (CONAB, 2023);
- Descontrole do preço dos alimentos com a grande diminuição dos estoques reguladores, como foi o caso do arroz que teve seus estoques reduzidos de uma média anual de 948 mil toneladas entre 2006 e 2015 para 27 mil toneladas entre 2016 e 2022, o mesmo acontecendo com o milho que passou de dois milhões e cem mil toneladas anuais para 538 mil toneladas (CONAB, 2023a), reduzindo assim a capacidade do governo de contornar crises de abastecimento e aumentos de preços.
- Imobilização do INCRA e do processo de Reforma Agrária,

além do congelamento dos programas de acesso à renda <sup>6</sup>.

O resultado dessas políticas pode ser conferido no II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, com coleta de dados entre 2021 e 2022, que verificou que apenas 40% dos domicílios tinham garantia de acesso pleno aos alimentos no país e que 125,2 milhões de pessoas eram afetadas por níveis variados de insegurança alimentar. Entre essas, mais de 33 milhões apresentavam insuficiência alimentar grave, ou seja, passavam fome. (Rede PENSSAN, 2022, p.37). Com a rearticulação das políticas de combate à fome a partir de 2023, a situação começou a ser alterada, como evidenciam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua) que mostram que, ainda que os números sejam altos, ocorreu um aumento na proporção dos domicílios com segurança alimentar e uma redução na proporção dos níveis de insegurança alimentar leve, moderada e grave

### **Os caminhos populares para a Soberania Alimentar**

Na perspectiva de superação dessas questões, a agenda de soberania alimentar, fortalecida pelos movimentos sociais a partir dos anos 2000, congregou uma nova visão social sobre um projeto político que objetiva construir relações sociais e produtivas sobre novas bases. Entre esses movimentos, um marco importante foi a adoção da pauta agroecológica pelo Movimento dos Trabalhadores

---

<sup>6</sup> Essas informações podem ser encontradas em textos de vários autores como Furno 2022; Maluf 2021; Fleury 2021 e Bava 2021.

Rurais Sem Terra (MST) a partir dos anos 1990 vindo a se configurar, como parte de um movimento contra hegemônico (Gonçalves, 2008; De'Carli, 2013) articulando-se com a Via Campesina e a *Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC)*.

Em outra escala, mais ampla e de mobilização internacional, a Via Campesina, movimento internacional, criado em 1993, formado por organizações de camponeses, pequenos e médios produtores, mulheres do campo, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas, que se propõe a formular propostas para a reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais e questão de gênero, adotando a soberania alimentar como uma pauta que dá direcionamento às suas lutas (Via Campesina, 2015).

A agroecologia passou a ser pautada como estratégia política, principalmente nos movimentos sociais ligados à Via Campesina, constituindo-se num processo de internacionalização da organização popular camponesa, com foco na consolidação da soberania alimentar que vai de encontro à escalada da formação de oligopólios em torno da produção e consumo alimentares, da concentração de terras, do êxodo rural e proletarianização de camponeses. O Movimento defende uma agricultura descentralizada e diversificada, na qual os alimentos sejam culturalmente localizados, acessíveis, cultivados sob um sistema que não comporta nenhum tipo de exploração; também questiona o funcionamento do comércio internacional de produtos agrícolas, defendendo o controle democrático dos recursos e do patrimônio genético como peça

fundamental para a soberania alimentar. (Via Campesina, 2007)

O Fórum Internacional de 2015, organizado pela Via Campesina, declarou a Agroecologia como um elemento fundamental para a construção da Soberania Alimentar ao mesmo tempo que denunciou a tentativa de apropriação do discurso da agroecologia por organismos multilaterais, algumas ONGs e corporações que empobrecem o seu significado e alcance, como, por exemplo com as propostas de Agricultura Climaticamente Inteligente (Taylor, 2018) e Intensificação Verde (Loos *et al.*, 2014).

A Agroecologia foi considerada no Fórum como uma alternativa à produção alimentar industrial e as políticas que a promovem devem abranger os aspectos sociais e econômicos, além dos ambientais. A elaboração dessas políticas deve ser participativa e integrar as noções de saúde e nutrição, além de possibilitar a terra aos produtores de alimentos, sobretudo por meio da reforma agrária. Destacou-se a importância do papel da mulher e da troca de conhecimentos entre os agricultores articulados para a produção, sobretudo para os mercados locais e, finalmente, considerou-se que a agroecologia não deve ser vista como uma simples técnica, mas como um conjunto de princípios que deve se adequar aos diferentes lugares, contribuir para a diversidade biológica, esteio da produção secular camponesa, e para enfrentar as mudanças climáticas (Via Campesina, 2015).

No MST, a tematização da agroecologia ganhou forma de maneira progressiva, passando a questionar o atual modelo produtivo hegemônico e a vislumbrar outras práticas produtivas e de comercialização alinhados com as aspirações coletivas por uma natureza saudável e por justiça social, considerando o trabalho

camponês, subjugado nas formas produtivas associadas ao agronegócio, além de apostar em uma relação mais próxima entre os agricultores e os consumidores (Novaes *et al.*, 2005; Gonçalves, 2008).

Segundo De'Carli (2013), para o MST a agroecologia é uma bandeira política que tem demandado do Movimento uma efetiva rearticulação de sua base, que tem ocorrido desde a década de 1990, visando incentivar as práticas e relações de cooperação entre as próprias famílias assentadas e acampadas, paulatinamente incorporando ao seu ideário a necessidade de agregar a luta pela terra à questão ambiental para alcançar o objetivo que é, em síntese, a transformação da sociedade (Gonçalves, 2008; Negri, 2005).

Nesse sentido, as discussões adentraram no debate interno do Movimento, trazendo à luz a necessidade de os assentamentos promoverem a preservação ambiental em sua produção, colocando o trabalho camponês como peça chave dessas mudanças, considerando ainda a importância de estímulos para o beneficiamento de seus produtos.

Gonçalves (2008) afirma que, embora não de maneira homogênea, nas duas primeiras décadas dos anos 2000, houve um incremento importante de ações e iniciativas que colocavam a agroecologia cada vez mais como arcabouço teórico e prático para a produção de alimentos e alcance da soberania alimentar.

Nesse quadro, movimentos sociais, tais como o MST e a articulação internacional de movimentos populares que constitui a Via Campesina, ainda que localizados num cenário de pleno desenvolvimento capitalista e, portanto, fundamentalmente contraditório, representam uma ação coletiva que revela demandas

e novas formas de agir socialmente e coletivamente que se colocam no campo da resistência ao Sistema Alimentar Hegemônico.

Nesse processo, vários autores como Raj Patel (2008) e Peter Rosset (2006) afirmam que se pode considerar o movimento pela Soberania Alimentar como um sistema alternativo que contempla entre seus princípios básicos que todos tenham acesso a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, as comunidades locais tenham o controle de seus sistemas alimentares e as práticas agrícolas contribuam para a preservação ambiental em um ambiente de Justiça social e equidade. Como veremos a seguir, esses princípios se articulam perfeitamente sobre as bases fundantes da Agroecologia.

### **A dimensão socioambiental da Agroecologia**

Nos tempos atuais, grande parte da produção agrícola segue pelos caminhos desvendados pela Revolução Verde com a hegemonia da modernização técnica, chegando até a revolução biotecnológica que é tanto a continuidade, quanto a ruptura com a Revolução Verde. Continuidade porque dá prosseguimento ao processo de concentração varietal – com o cultivo das variedades mais lucrativas, de interesse do mercado. Ruptura porque nunca uma tecnologia manipulou tão diretamente os genes, até por conta da extrema concentração desse incremento tecnológico nas mãos das grandes corporações (Shand; Wetter; Chowdry, 2022).

O rompimento com as práticas seculares da agricultura tradicional motivou o questionamento dos principais fundamentos dessa forma de condução da agricultura, com a formulação de

propostas de formas alternativas desde o início do século XX.

Entretanto, no século XXI temos assistido a um incremento sem precedentes no comércio de produtos agropecuários que quebrou grande parte das barreiras que protegiam as agriculturas dos países e esse incremento foi viabilizado sobretudo pelas megacorporações. Em paralelo ao seu domínio do mercado mundial, temos assistido também ao processo de crescimento da indústria alimentícia relacionada com o modo de operação do agronegócio, com produções padronizadas em grandes volumes, evoluindo para o que Goodman, Sorj e Wilkinson denominam como apropriação, tido como uma

ação empreendida pelos capitais industriais a fim de reduzir a importância da natureza na produção rural” na direção de “transformar os segredos da produção biológica em conhecimento científico e propriedade industrial (Goodman; Sorj; Wilkinson, 2008, p. 3).

Esse domínio e tendência levaram à constituição de um sistema alimentar específico em que o setor produtivo abastece uma determinada e dominante forma de alimentação de uma sociedade, estabelecendo parâmetros de consumo e criando assim uma nova cultura alimentar sem, evidentemente, respeitar a diversidade dos cultivos e das culturas alimentares específicas de cada lugar.

### **As agriculturas alternativas e a agroecologia**

Outras agriculturas foram sendo propostas à agricultura convencional mecanizada e quimificada e, entre elas, destacamos algumas que têm se propagado com mais intensidade no Brasil como a Agricultura Biodinâmica, a Agricultura Natural e a Agricultura



## Orgânica.

A Agricultura Biodinâmica teve seus princípios formulados por Rudolf Steiner no curso agrícola “Fundamentação da Ciência do Espírito para a prosperidade da agricultura” (Miklós, 2019, p. 71). A “Ciência do Espírito” referida no título é a Antroposofia, formulada por Rudolf Steiner, que possibilitaria se atingir o conhecimento como uma relação entre a matéria e o espírito. Entre os princípios e práticas da Agricultura Biodinâmica, foi resgatada a “herança da sabedoria tradicional camponesa” (Pereira, 2017, p. 43) e suas práticas. Ela apresenta como noção chave o conceito de “organismo agrícola” que seria dotado de individualidade territorial, composto pelo solo, as plantas e os animais. Todos esses fatores seriam organizados pela atividade humana, além de receberem influência das forças cósmicas. Entre os conhecimentos tradicionais resgatados estão a adubação orgânica sobretudo por meio da compostagem, da rotação de culturas e de policultivos, além da integração com a pecuária, sobretudo como fonte de material orgânico.

A adubação apresenta a particularidade de ser concebida como um processo de vivificação do solo e não como administração de minerais. Para atingir esse objetivo, utilizam-se os compostos biodinâmicos (Miklós, 2017). No Brasil, o estudo e a divulgação dos princípios da Agricultura Biodinâmica estão presentes sobretudo através da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica (ABD) sendo também certificadora desses produtos com o selo “Demeter”.

O modelo da Agricultura Natural foi formulado na década de 1930 por Mokiti Okada, filósofo e espiritualista japonês que refletia sobre vários aspectos da vida em sociedade, especificamente sobre a relação entre os humanos e a natureza mediada pela

espiritualidade. Nessa concepção, a natureza seria suficientemente capaz de dar suporte a todas as formas de vida, desde que seus ritmos sejam respeitados e que se mantenha naturalmente a vitalidade do solo. (Demattê Filho, 2017). Na década de 1970, Masanobu Fukuoka formulou, mais especificamente, os procedimentos a serem seguidos na agricultura, em estreita ligação com o pensamento de Okada. Com base na noção de que a natureza em equilíbrio apresenta condições de suportar a vida, as orientações básicas foram sistematizadas com os princípios de não arar, não usar fertilizantes, não eliminar as ervas adventícias, não usar agrotóxicos, não podar (Moreno, 2023), de forma que seria uma metodologia com intervenção mínima na dinâmica natural e, quando eventualmente for efetuada, deveria estar em harmonia com seu processo vital. Esse modelo de agricultura é difundido pela Igreja Messiânica e também está representado no Brasil pela Associação Brasileira de Agricultura Natural e pela empresa Korin que, além de ser produtora, também atua na certificação da agricultura natural sob a inspiração de Mokiti Okada, que pode ser notada na frase estampada na página de abertura de seu website: “o pensamento, o sentimento e as práticas corretas do agricultor exercem grande influência no bom desenvolvimento da produção agrícola e pecuária” (Korin, 2023, n.p.).

A Agricultura Orgânica foi proposta originalmente na década de 1920 por Albert Howard, que escreveu em seu “Testamento Agrícola” que a agricultura deveria imitar a natureza destacando, por exemplo, que nos ambientes não transformados pelos humanos, as plantas sempre estão em interação com os animais, o solo fica resguardado da ação direta do sol e a vegetação fertiliza a si mesma através da elaboração do húmus. (Howard,

1940). Com base nessas observações, o autor propõe uma prática agrícola isenta de agroquímicos em que o solo deveria ser considerado como um sistema vivo e não apenas como um receptáculo de nutrientes. As ervas adventícias, as doenças e as pragas da agricultura deveriam ser consideradas como um desequilíbrio da fertilidade do solo, que deveria ser mantida fundamentalmente com o húmus derivado do processo de compostagem.

As ideias e obras de Howard foram divulgadas nos EUA por J. I. Rodale, ação que continua até hoje através do *Rodale Institute* que, considerando a limitação das práticas agrícolas das fazendas orgânicas, propôs a noção e também a certificação da “Agricultura Orgânica Regenerativa” que seria caracterizada por circuitos fechados de nutrientes, maior diversidade biológica e maior ênfase nos recursos internos, a exemplo da agricultura Biodinâmica. Caracterizada dessa forma, o instituto considera que esse tipo de agricultura “está alinhada com as formas de agroecologia praticadas por agricultores preocupados com a soberania alimentar em todo o mundo” (Smallwood, 2015, p.7).

As práticas da Agricultura Orgânica são regulamentadas em vários países, inclusive por meio de legislação, como é o caso do Brasil. Internacionalmente esse processo de conformação é estabelecido pelo IFOAM (*International Federation of Organic Agriculture Movements*). A legislação brasileira que define as características dos Sistemas Orgânicos de Produção foi estabelecida pela Lei 10.831 de 2003, que em seu artigo primeiro define os objetivos desses sistemas que vão muito além de oferecer produtos isentos de contaminantes, mas que fazem parte das características do que se considera como produção agroecológica, englobando os

aspectos ambientais, econômicos e sociais (*Cf.* Brasil, 2003 e Brasil, 2011).

Entretanto, na prática, a ênfase tem sido colocada nos aspectos ambientais relativos à ausência de contaminantes e na utilização dos insumos orgânicos, sem considerar os aspectos de diversidade cultural, atividade biológica, manutenção das variedades locais, etc. Tem-se então uma prática agrícola onde simplesmente trocam-se os insumos químicos por orgânicos, prática que podemos considerar de forma positiva pois, por exemplo, quando cuidamos da fertilidade com a adubação orgânica, isso acaba tendo como resultado um incremento da atividade biológica do solo. Entretanto, só isso não basta para considerar esse tipo de agricultura aderente aos princípios da agroecologia (Costabeber; Caporal, 2004).

Costabeber e Caporal afirmam que a agroecologia se instituiu como uma “ciência que estabelece as bases para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis” (*ibidem*, p. 6), mas outros autores já consideravam que o termo também poderia adquirir o significado de uma prática agrícola ou um movimento social (Wezel, 2009).

Um elemento importante no processo de seu estabelecimento como ciência foi resignificação e valorização do conceito de agroecossistema, que seria definido como um ecossistema que foi alterado pela sociedade com a finalidade da produção agropecuária. A vinculação da noção de ecossistema com a de agropecuária já vem de longo tempo, com Tansley, que se referia a esse processo com a denominação de Ecossistema Antropogênico (Tansley, 1935). Entretanto, Conway afirma que até a década de 1970, a noção de agroecossistema se baseava sobretudo no estudo dos

fluxos de energia e materiais, mas ele considera que os agroecossistemas “podem ser empregados na concepção e avaliação de projetos de desenvolvimento agrícola, em todos os níveis de intervenção” (Conway, 1987, p. 96). Gliessman complementa essa relação entre a ecologia e a agropecuária, afirmando que a ecologia apresenta instrumentos capazes de mensurar as características do ecossistema “desde a ciclagem de nutrientes, fluxo de energia, dinâmica populacional, interações entre espécies até a modificação do habitat” (Gliessman, 1990, p. 368), acrescentando que esses conceitos e princípios “devem ser usados para estudar os vários componentes da estrutura e função do agroecossistema” (*Ibid.*, p. 368).

Com esse sentido, a dinâmica própria do ecossistema é substituída por um processo dirigido pela dinâmica da sociedade e é isso que justifica o acréscimo do prefixo “agro” ao termo. Esse conceito é importante na medida em que permite enxergar as paisagens agropecuárias com outros olhos: o da procura pelas relações ecossistêmicas.

### **Agroecologia e sustentabilidade**

A questão da sustentabilidade na agricultura já tinha sido mencionada por Conway (1987) com a definição da produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade como propriedades principais dos agroecossistemas. Entretanto, em relação à sustentabilidade, é necessário “esclarecer o que está sendo sustentado, por quanto tempo, em benefício de quem, a custo de quem, em que área e medido por quais critérios” (Pretty, 1995, p.

1248).

Essa definição é ainda mais importante na medida em que muitas vezes se atribui o sentido de “crescimento” ao conceito de “desenvolvimento”, sentido questionado por muitos autores especialmente (Furtado, 1974), (Esteva, 2010), (Sem, 1999) e Daly, que afirmou que “o crescimento econômico sustentável simplesmente não é mais uma opção séria. Nem o é o desenvolvimento, como o termo é normalmente usado” (Daly, 2004, p. 197). O autor ainda coloca que é necessário fugir do sentido ambíguo do conceito de sustentabilidade e isso seria possível através da especificação do que deve ser sustentado como afirmou Pretty.

Essa discussão é colocada em bons termos quando conseguimos desvendar os caminhos propostos para se atingir o desenvolvimento sustentável, que contraditoriamente, em muitos casos, implica na utilização das mesmas técnicas e princípios que causaram a crise socioambiental no sistema alimentar atual.

Além disso, devemos entender que a dimensão ambiental não se materializa de forma independente e isolada pois os aspectos sociais, políticos e econômicos atuam em diversos sentidos em relação à sustentabilidade, tanto favorecendo, quanto dificultando ou impossibilitando-a. Dessa forma, temos que a sustentabilidade não se configura apenas como ambiental, mas como socioambiental.

Esse aspecto deve ser observado quando se discute a sustentabilidade dos agroecossistemas com a indicação das características que eles deveriam apresentar: manutenção da diversidade genética, com a utilização de recursos renováveis disponíveis localmente; redução da dependência de insumos comerciais, enfatizando a reciclagem de nutrientes; manutenção da

diversidade, continuidade espacial e temporal da produção; otimização dos rendimentos, sem ultrapassar a capacidade produtiva do ecossistema original e resgate e conservação dos conhecimentos e cultura locais (Feiden, 2005).

Note-se que apenas o último atributo não está diretamente ligado aos procedimentos agronômicos da propriedade, fato que acompanhou as definições sobre a essência da agroecologia até poucos anos atrás.

As características supracitadas são demonstradas por meio dos níveis de transição agroecológica, especialmente os três primeiros:

1. Aumentar a eficiência e eficácia das práticas convencionais para reduzir o uso e consumo de insumos caros, escassos ou prejudiciais ao meio ambiente.
2. Substituir insumos e práticas convencionais por práticas alternativas
3. Redesenhar o agroecossistema para que funcione com base em um novo conjunto de processos e relações ecológicas (Gliessman, 2010, p. 7).

A transição da condução convencional para a agroecológica é um evento desafiador, especialmente no seu início quando o produtor praticamente deve reaprender a ser agricultor, pois grande parte de seus procedimentos anteriores não são mais cabíveis. Se somarmos a isso o fato de que o solo apresenta as deficiências relativas ao uso anterior, como presença de resíduos, erosão e deficiência de material orgânico, normalmente os rendimentos apresentam queda no início e além disso, uma série de fatores que podem influenciar o sucesso ou o insucesso da transição, não estão sob o controle do produtor, como os sistemas de comercialização,

estrutura de preços e políticas públicas.

No nível 1, a adoção das medidas de eficiência e racionalidade não representam um processo de conversão agroecológica. Podem ser apenas ligados à racionalidade econômica baseada no princípio de que ocorre a adoção de “novas práticas agrícolas e arranjos de comercialização quando algum benefício (econômico) pode ser obtido” (Gliessman, 2010, p. 4).

Quando, entretanto, se reduz o uso de insumos ou práticas porque elas são prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, já estamos ao menos com uma preocupação não estritamente econômica que poderia evoluir para uma atitude de nível 2, com a substituição de insumos e práticas.

O nível 2 representa uma forma de agricultura que alguns autores denominam como uma prática agroecológica falsa (Giraldo e Rosset (2017) ou que não adota os princípios fundamentais da agroecologia. Dessa forma, “o sistema baseado em monoculturas de capital intensivo da agricultura convencional permanece intacto” (Rosset e Altieri, 1997, p. 289) e não se atacam os problemas da “base ecológica de rendimentos em declínio – a redução da biodiversidade funcional dos agroecossistemas” (*Ibid*, p. 289).

Apesar da manutenção da monocultura representar um entrave ao processo de transição, a substituição por insumos orgânicos e biológicos poderia ser considerada de forma positiva, mesmo que sejam mantidos os procedimentos convencionais pois, apesar da diversidade que enriquece o agroecossistema não estar presente, a presença de material orgânico diversificado pode enriquecer a vida biológica do solo.

Já que só substituir insumos não basta, devemos refletir



sobre quais seriam os aspectos que caracterizariam a agroecologia. Além de vários autores terem estabelecido esses princípios básicos, até a FAO reconheceu a agroecologia como uma possibilidade de contribuir para a implementação daquilo que a instituição define como uma “Visão Comum para Alimentação e Agricultura Sustentável”, definindo 10 princípios que a caracterizariam.

Estes 10 princípios foram divididos em 3 grupos, pois não se restringem apenas às práticas agrícolas e muito menos à escala da propriedade.

Características comuns: diversidade; sinergia; eficiência; resiliência; reciclagem; co-criação e compartilhamento de conhecimento. Contexto: valores humanos e sociais; cultura e tradições alimentares. Ambiente favorável: governança responsável; economia circular e solidária (FAO, 2018, p. 2).

Como vemos, esses princípios que caracterizariam a agroecologia são múltiplos e transcendem a propriedade e a produção, daí as observações de que a agricultura orgânica de substituição de insumos não é agroecologia.

Já a terceira fase da transição seria aquela onde a maioria desses princípios teria sido atingida e teríamos um agroecossistema funcionando de modo sustentável.

Enquanto as considerações sobre a agroecologia são hoje abrangentes, o esquema de conversão colocado por Gliessman mantinha-se nos procedimentos que seriam implementados a nível da propriedade ou do território delimitado de um agroecossistema, como afirmamos anteriormente. O aprofundamento das discussões foi o que levou à abrangência do conceito atual em um processo no qual a agroecologia passou da escala da propriedade para a dos

agroecossistemas e para a dos sistemas agroalimentares. Mesmo o agroecossistema pode ser analisado “na escala de uma paisagem local ou regional onde a agricultura é praticada” (Wezel *et al.*; 2009, p. 510) e, “de acordo com cada escolha diferente de escala, devem variar também os métodos de pesquisa” (*Ibid.*, p. 510.)

Os níveis 4 e 5 da transição propostos por Gliessman transcendem o universo da produção, partindo do princípio que este deve ser acompanhado por um tipo de comercialização e consumo, ou seja, se temos um sistema alimentar hegemônico baseado na produção monocultural em larga escala, de forma integrada na economia mundial, esse tipo de produção e acesso aos alimentos impacta os hábitos alimentares da população, que se manifesta, sobretudo nas áreas urbanas, por uma recusa à diversidade tanto de produtos como de locais e tipos de comercialização.

A implantação de uma nova forma de produção baseada na diversidade e nas culturas locais implica que essas culturas devem ser redescobertas e os hábitos alimentares transformados. O nível 4 da transição propõe ações e formas para que se restabeleça uma “conexão mais direta entre aqueles que produzem e aqueles que consomem os alimentos” (Gliessman; Friedmann; Howard, 2019, p. 94), pois o processo de transformação do sistema alimentar necessita do envolvimento social que deve apoiar os agricultores a trafegar pelos níveis iniciais e finalmente culminar com a constituição de “um novo sistema alimentar global, baseado na equidade, participação, democracia e justiça [...] para ajudar restaurar e proteger os sistemas de suporte de vida na Terra” (*Ibid.*, p. 94) caracterizado pelos autores como o quinto nível da transição.

Seria um processo que teria o potencial de transformar a

concepção da agricultura como negócio e valorizá-la como uma forma de vida, como sugerem (Guzmán; Molina; Casado, 2000).

### **Os insumos externos à propriedade e a produção para o mercado local**

Pelo seu impacto, é importante ainda fazer algumas observações sobre a questão da utilização de insumos elaborados na propriedade e não adquiridos no comércio. O resultado dessa prática é que a produção requer trabalho intensivo e, na medida em que os insumos são produzidos internamente, seu consumo comercial será menor ou inexistente.

Ploeg denomina esse tipo de produção como agricultura camponesa e considera a intensificação do trabalho como um elemento distintivo relacionado com o que ele denominou como “capital ecológico”. Esse capital seria o resultado da produção interna dos insumos, na medida em que ela poderia ser caracterizada como uma troca não mercantilizada com a natureza. Quanto mais intenso esse processo, menores serão os custos monetários da produção, assim como uma menor dependência de fornecedores e também endividamento do produtor (Ploeg, 2010).

A ênfase na produção interna dos insumos já tinha sido colocada por Rudolf Steiner no seu curso agrícola de 1924, quando abordou o conceito de individualidade agrícola e que a agricultura deveria se auto sustentar, mas ele ponderou que “isto não pode ser realizado integralmente, no contexto de nossa atual ordem econômica. Contudo, deveríamos procurar realizá-lo na medida do possível” (Steiner, 2010, p. 42). A primeira edição deste livro é de

1924 e já naquela época ele alertava para a ordem econômica vigente. Quase um século depois, essa ordem caminhou muito no sentido da especialização e do processo de divisão técnica e social do trabalho, o que torna muito comum a utilização de insumos de fora da propriedade, por exemplo de adubos e compostos vegetais ou animais, só para citar compostos orgânicos.

Preconizar a elaboração interna na propriedade leva à consideração de que a pequena propriedade baseada no trabalho intensivo se constitui no modelo ideal, posição questionada por Bernstein que pergunta se essa “agricultura de baixo consumo de insumos (externos) e mão-de-obra intensiva, poderia alimentar a atual e projetada população mundial” (Bernstein, 2014, p. 1057).

Ploeg responde diretamente a essa pergunta argumentando que a agricultura camponesa não é viável apenas em vales e terras férteis, mas consegue se instalar em áreas onde a racionalidade do capital não permite. Afirma também que os investimentos por unidade de área tendem a ser maiores e que a atividade produtiva se concentra na “otimização da renda do trabalho” (Ploeg, 2016, p. 145) e não na “maximização do lucro” (*Ibid*, p. 145). Coloca ainda que essas explorações apresentam mais resiliência e são muito mais capazes de estabelecer combinações e relações locais de forma independente dos circuitos gerais de comercialização.

Além dessas observações de Ploeg, devemos considerar que a resposta à pergunta de Bernstein requer outras considerações, além das virtudes da pequena produção camponesa. Não se trata de substituir a produção atual do sistema alimentar hegemônico, alterando apenas o tamanho das propriedades e sua dinâmica interna, mas de alterar o sistema como um todo, da produção à

comercialização e ao consumo e isso poderia ser alcançado de forma progressiva, na medida em que os hábitos e inclusive as dietas fossem alteradas. Trata-se de uma luta política com o direcionamento de “disseminar e tornar hegemônica uma nova forma de organizar agroecossistemas com base no paradigma ecológico” (Molina, 2011, p. 11) e que, para isso, necessita de intervenções em todas as escalas, começando com a escala da produção, não só aumentando o tamanho das propriedades, mas de aumentar o número de propriedades camponesas, para assim aumentar a produção. A abrangência deveria chegar às escalas político administrativas mais amplas, culminando no Estado Nacional com a adoção de políticas que beneficiem o processo de transição e não valorizem apenas as grandes produções de commodities financeirizadas e internacionalizadas.

A segunda observação se relaciona com o princípio do favorecimento das cadeias curtas e dos mercados locais e poderia nos levar à seguinte pergunta:

a localização é realmente (e necessariamente) um desafio para o sistema alimentar globalizado e industrializado? [...] a localização significa criar um sistema alimentar paralelo sem alterar o dominante? (Robbins, 2015, p. 450).

A produção e comercialização locais realmente contribuem para encurtar as distâncias entre a produção e o consumo e isso é desejável, mas também se coloca a questão “de que tipos de alimentos e quem pode acessá-los pelos sistemas alimentares locais?” (*Ibid.*, p. 460).

Compra e venda são práticas comuns dos produtores agrícolas, mesmo os de pequena escala que “estão sempre inseridos

em sistema de mercado, participam do mercado de terras, do mercado de produtos, do mercado de trabalho; há sistematicamente venda e compra de mercadorias” (Garcia; Heredia, 2009, p. 223). O problema reside justamente na homogeneização dos alimentos e na desconexão entre produção e consumo.

## **Consumo e redes**

O consumo alimentar é central para o debate sobre a saúde, seja individual, coletiva ou planetária. As escolhas alimentares estão relacionadas com uma variedade de fatores individuais, sejam sensoriais, psicológicos e fisiológicos, mas também com influências sociais, ambientais, políticas e econômicas. Desta forma, faz-se necessária a discussão dos sistemas alimentares como um todo, considerando os determinantes do consumo alimentar, visando a promoção de uma alimentação saudável, ambiental e socialmente justa.

Uma das características mais contundentes do sistema dominante de produção de alimentos é a sua comoditização e a oferta indiscriminada de ultraprocessados<sup>7</sup>, favorecendo o consumo em massa de alimentos nutricionalmente desfavoráveis à saúde. Para ter maior entrada no mercado, esses produtos muitas vezes utilizam em seus rótulos alegações nutricionais com funcionalidades específicas (nutrientes específicos que promoveriam certos efeitos positivos à saúde) para a venda desses alimentos, omitindo outros aspectos que são deletérios à saúde. Esse discurso, apoiado na

---

<sup>7</sup> Produtos alimentícios baseado em formulações industriais (estabilizantes, corantes, acidulantes, umectantes etc.) contendo muito pouco ou nenhum alimento in natura.

publicidade, vem sendo ampliado causando confusão entre muitos consumidores que passam a ingerir aditivos químicos baseados em açúcares, sódio e gorduras como se fosse uma dieta apropriada.

Esse discurso do comércio, com foco na circulação de alimentos no sistema alimentar hegemônico, já foi instrumento de estudo divulgado por Nestle (2019) e por Scrinis (2021), que o denomina de “nutricionismo”, que seria um reducionismo da complexidade do contexto alimentar e nutrição a alguns componentes nutricionais. As indústrias de alimentos ultraprocessados utilizam esse discurso para promover a venda e ainda patrocinar estudos com conflitos de interesse que passam a ser utilizados a seu favor, bem como eventos científicos, formando profissionais de saúde que promovam seus alimentos (Nestle, 2019). Niederle e Wesz Junior (2018), comentam que o movimento da indústria é de apropriar-se deste debate e produzir o que os autores nomeiam de “*organic junk food*”, que seriam alimentos orgânicos, supostamente caseiros, percebidos como saudáveis, porém com altas concentrações de açúcar, sódio e/ou gordura. Nos supermercados, estes alimentos são encontrados em espaços que dão o imaginário harmonioso de que são benéficos à saúde. São espaços bem elaborados pelas equipes de *marketing*, que podem não saber sobre saúde e nutrição, mas entendem como estimular o consumo. Estudo de Kanematsu (2017) constatou que 81,5% dos alimentos com terminologia de “caseiro” possuem aditivos químicos em seu processamento.

É perceptível que o sistema alimentar hegemônico distancia o consumidor do produtor, dominando o comércio de alimentos e ampliando seu poder de determinação do consumo (Schneider;

Shubert; Escher, 2016). São necessárias ações políticas para garantir maior aproximação entre consumidores e produtores, principalmente nas periferias urbanas que possuem maior risco de insegurança alimentar.

O Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) é um instrumento público de promoção e educação nutricional para a sociedade brasileira e para orientar profissionais de saúde em suas práticas clínicas, além de ser uma recomendação para políticas públicas na área da alimentação do país. A mais recente versão deste instrumento adota a classificação NOVA<sup>8</sup> que recomenda evitar ultraprocessados e valorizar a importância econômica, social e cultural de alimentos com menor grau de processamento.

Empresas alimentares têm então investido no segmento de orgânicos por serem vistos como saudáveis e isentos de contaminantes. Trata-se, muitas vezes, de práticas de *greenwashing* que é a apropriação de virtudes ambientais como estratégia de marketing para venda de um produto que seria bom para o meio-ambiente, mas que não é efetivamente.

Para a compreensão da sociedade civil desses aspectos pouco conhecidos do sistema alimentar dominante, além do inquestionável papel das políticas públicas, para o fortalecimento desse sistema alternativo, é importante que essa parcela da sociedade se engaje colocando em evidência novas concepções de cidadania e democracia alimentar. Existem ações em prática que atuam para a disseminação de grupos de consumo, feiras livres e circuitos curtos de

---

<sup>8</sup> Classificação que adota os níveis e propósitos de processamento dos alimentos, sendo classificados como in natura, minimamente processados, processados, ultraprocessados e ingredientes culinários.



comercialização. As feiras livres, onde os agricultores podem levar seus produtos, além de ser um comércio mais justo de circuito curto e que evita desperdício de alimentos, por percorrer menores distâncias, são, além de um espaço de compra, um local de trocas de saberes, receitas, conhecimento sobre sazonalidade de alimentos e ampliação do aprendizado no que se refere à biodiversidade.

Esta estruturação pressupõe relações sociais e ecológicas de cooperação. Para isso, não é só um novo tipo de produtor que precisamos, mas também um novo tipo de consumidor (Pollan, 2007). Nesse sentido, importa a compreensão dos consumidores incorporarem uma lógica não utilitária para a compra dos alimentos, percebendo os valores de solidariedade com os produtores dos alimentos e colaboração com a natureza. Assim, as compras de alimentos seriam baseadas no apoio mútuo e no fortalecimento da biodiversidade, além da lógica do nutricionismo.

Para o fortalecimento dessa rede há a necessidade de uma relação próxima entre consumidores e produtores, além da vontade mútua de construir um sistema alimentar diferente. Neste ponto, é importante ressaltar a questão do desperdício de alimentos, sendo as principais causas o manuseio e o transporte, seguidos pelo armazenamento e distribuição, comercialização, preparo e consumo (Niederle; Wesz Junior, 2018).

Um ciclo curto de comercialização poderia minimizar essa situação, o que nos leva a partilhar o conhecimento de uma experiência em São Paulo, de uma rede de consumo com ciclo curto de comercialização da cooperativa Terra e Liberdade, ligada ao MST, que atua na comercialização de alimentos agroecológicos *in natura* ou minimamente processados, oriundos dos assentamentos e

acampamentos da Reforma Agrária. Baseados nos princípios da economia solidária, essa iniciativa manifesta a importância do consumo de alimentos que fortaleçam a Reforma Agrária Popular e a agroecologia, denominando o comprador de seus produtos como “consumidor militante”.

Neste exemplo, agricultores, trabalhadores da comercialização e consumidores estão em frequente diálogo em canais de comunicação virtuais e presenciais. Há reuniões frequentes na Comuna da Terra Irmã Alberta com o objetivo de construir e fortalecer um vínculo entre as partes envolvidas e a compreensão do processo de produção, comercialização e consumo, evidenciando os contrapontos das características omitidas em alimentos encontrados nos supermercados. O contato entre os consumidores e os produtores também amplia a relação de confiança, dirimindo a burocracia para conseguir a certificação.

Dessa forma, ao contrário da lógica mercadológica, suas relações econômicas, ambientais, éticas, sociais, de trabalho e de saúde são evidenciadas e principais promotoras do consumo.

## **Considerações Finais**

Neste texto, identificamos o percurso da agroecologia ao longo do tempo: na sua constituição como uma área do conhecimento científico, o que havia de princípios e metodologias era pensado inicialmente na escala da produção agrícola propriamente dita e os elementos e processos ecológicos observados e instrumentalizados. O conceito de agroecossistema se prestou para empreitada, de um lado sintetizando a relação entre a produção agropecuária e o

ecossistema, e de outro, permitiu que sob sua égide a escala trabalhada pudesse ir da propriedade individual à região mais ampliada desde que houvesse identidade desses componentes. Mas tratava-se inicialmente da problematização dos princípios da produção agroecológica em uma discussão sobretudo agrônoma com viés ambiental. Algumas das práticas que vieram da prática secular dos agricultores e tinham sido incorporadas pela agricultura Biodinâmica e Orgânica, como a integração com a pecuária, a diversidade de cultivos e a minimização dos insumos externos puderam ser incorporadas às práticas recomendadas por uma ciência que estabelecia como premissa a relação entre a agricultura e o ecossistema.

A evolução das discussões teóricas, a realidade concreta e a contribuição de novos autores ampliaram o escopo da agroecologia, até porque os denominados níveis de transição agroecológica direcionaram-se para a configuração de agroecossistemas sustentáveis. E a sustentabilidade, como vimos, não é apenas ambiental, mas social e econômica. Essa ampliação colocou a importância de uma maior conexão entre os produtores e os consumidores de alimentos e da ação social no sentido de colocar a agroecologia a serviço de um novo sistema alimentar.

Esse direcionamento foi sendo estabelecido no âmbito do debate científico e em amplos debates em eventos e entabulações, mas somente ganhou força com o engajamento de movimentos sociais empunhando essas bandeiras. Esses movimentos se articularam especificamente em torno da agroecologia, mas o foco da transformação do sistema alimentar se firmou efetivamente a partir do movimento pela soberania alimentar.

Pensar os caminhos para a soberania alimentar implica em complexificar o debate que há muito se perdeu quando o alimento passou a ser considerado uma simples mercadoria; implica em estabelecer políticas públicas para erradicação da fome e da pobreza, para o incentivo à agricultura familiar e à produção agroecológica; e em considerar o que tem sido construído em espaços geridos por organizações populares, no âmbito de cada território, que tem caminhado no sentido da práxis socioambiental, incorporando às suas realidades a emergência de construir outro Sistema Alimentar onde predomine a biodiversidade, combinação de culturas, redução da dependência a recursos externos, compartilhamento de conhecimentos entre as diversas áreas, valores humanos e sociais, respeito às tradições alimentares e culturais, economia solidária, e governança responsável em diferentes escalas. Assim nos aproximaremos do que está sendo propugnado pelo Movimento da Soberania Alimentar em conexão com a Agroecologia.

## Referências

- ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- BAVA, S. C. **A Destruição das Políticas Públicas no Brasil**: O Governo Bolsonaro. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.
- BARRIOS, E. et al. The 10 Elements of Agroecology. **Ecosystems and People**, v. 16, n. 1, 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/26395916.2020.1808705>>.
- BERNSTEIN, H. Food sovereignty via the ‘peasant way’: a sceptical view. **Journal of Peasant Studies**, London, v. 41, n. 6, 2014.
- BRASIL. **Lei 10831**. Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.831.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.831.htm)>.

BRASIL. **Instrução normativa nº 46**. Brasília: 2011. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/organicos/legislacao/português/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011>>.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CONAB. **Execução do PAA, 2023**. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>>. Acesso em: abr. 2023. Companhia Nacional de Abastecimento.

CONAB. **Série histórica de estoques públicos**. Brasília: 2023a. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/estoques/gestao-dos-estoques-publicos>>.

CONWAY, G. The properties of agroecosystems. **Agricultural Systems**, London, v. 24, n. 2, 1987.

COSTA, M. B. **Agroecologia no Brasil: história, princípios e práticas**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

DALY, H. E. Crescimento Sustentável? Não obrigado. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. VII, n. 2, 2004.

DE'CARLI, C. O discurso político da agroecologia no MST: O caso do Assentamento 17 de Abril em Eldorado dos Carajás. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2013.

DEMATTE FILHO, L. C. **Sistema alimentar embasado em princípios da Agricultura Natural**. Piracicaba: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

ESTEVA, G. Development. In: SACHS, W. **The Development Dictionary: A Guide to Knowledge as Power**. Zedbooks, 2010.

FAO. **Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS)**, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/giahs/en/>>. Acesso em: jan. 2019.

FEIDEN, A. Agroecologia - Introdução e Conceitos. In: AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2005.

FLEURY, S. **As Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2021.

FORTES, M. F.; BORGES, C. A.; MIRANDA, W. C.; JAIME, P. C. Mapeando as desigualdades socioeconômicas na distribuição do comércio varejista local. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas, SP, v. 25, n. 3, 2018.

FOUILLEUX, E.; BRICAS, N.; ALPHA, A. Feeding 9 billion people: global food security debates and the productionist trap. **Journal of European Public Policy**, 2017.

FRIEDMANN, H. Distance and Durability: Shaky Foundations of the World Food Economy. **Third World Quarterly**, v. 13, n. 2, 1992.

FURNO, J. **A Política Agrária no Governo Bolsonaro: Desmonte e Resistência**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GARCIA, A. R.; HEREDIA, B. A. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil. In: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: UNESP, v. 2, 2009.

GIRALDO, O. F.; ROSSET, P. M. Agroecology as a territory in dispute: between institutionality and social movements. **The Journal of Peasant Studies**, v. 45, n. 3, 2017.

GLIESSMAN, S. The Framework for Conversion. In: GLIESSMAN, S.; ROSEMEYER, M. **The conversion to sustainable agriculture: principles, processes, and practices**. Boca Raton: Taylor & Francis, 2010.

GLIESSMAN, S. R. Quantifying the Agroecological Component of Sustainable Agriculture: A Goal. In: GLIESSMAN, S. R. **Agroecology - Researching the Ecological Basis for Sustainable Agriculture**. New York: Springer-Verlag, 1990.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GLIESSMAN, S.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. H. Agroecology and Food Sovereignty. **IDS Bulletin - Transforming Development Knowledge**, Brighton, 2019.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação: o modelo**

agroecológico adotado pelo MST no Estado do Paraná. Presidente Prudente: UNESP, 2008. Tese de doutorado.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G.; CASADO, G. G. **Introduccion a la agroecologia como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

HLPE. **Food losses and waste in the context of sustainable food systems**. Roma: FAO, 2014. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security.

HOWARD, A. **Un Testamento Agrícola**. Santiago de Chile: Imprenta Universitaria, 1940.

KANEMATSU, L. R. A. **Comparação entre alimentos industrializados com e sem a terminologia de caseiro em relação aos aditivos alimentares**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. Dissertação de Mestrado.

KORIN. Certificações. **Korin**, 2023. Disponível em: <<https://www.korin.com.br/certificacoes/>>. Acesso em: abr. 2023.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. Brasília: ABRANDH, 2012.

MALUF, R. S. Decentralized food systems and eating in localities: a multi-scale approach. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 4, 2021.

MALUF, R. **Segurança Alimentar e Nutricional: Desafios e Perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2021.

MATIOLI, V.; PERES, J. **Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade**. São Paulo: Elefante, 2020.

MCLAREN, S. et al. **Integration of environment and nutrition in life cycle assessment of food items: opportunities and challenges**. Roma: FAO, 2021.

MCMICHAEL, P. Global Development and The Corporate Food Regime. **New Directions in the Sociology of Global Development**, v.

11, 2005.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: UNESP, 2016.

MIKLÓS, A. A. D. W. Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano – ênfase na digestão do etérico do alimento. **Arte Médica Ampliada**, v. 37, n. 3, 2017.

MIKLÓS, A. A. D. W. **Agricultura biodinâmica, nutrição e desenvolvimento humano**. São Paulo: Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, 2019.

MOLINA, M. G. Algunas notas sobre agroecología y política. **Agroecologia**, n. 6, 2011. Disponível em: <<https://revistas.um.es/agroecologia/article/view/160621>>.

MURPHY, S.; HANSEN-KUHN, K. The true costs of US agricultural dumping. **Renewable Agriculture and Food**, 2020.

NEGRI, P. S. **A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2005. Dissertação de Mestrado.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

NOVAES, H. T. et al. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST. In: NOVAES, H. T.; MAZIN, Â. D.; SANTOS, L. **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2005.

PELIANO, A. M. T. M. **O Mapa da Fome - Volume I: Subsídios à Formulação de uma Política de Segurança Alimentar**. Brasília: IPEA, 1993.

PEREIRA, D. Agriculturas, Ambientes e Sociedade. In: PEREIRA, D. **Estudos e ações transdisciplinares em mudança social e participação política**. São Paulo: Annablume, 2017.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares - lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

PLOEG, J. D. The peasantries of the twenty-first century: the commoditisation debate revisited. **The Journal of Peasant Studies**, v. 37, n. 1, 2010.

PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura**. São Paulo:



UNESP, 2016.

POLLAN, M. **O dilema do Onívoro**: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2007.

PRETTY, J. N. Participatory Learning for Sustainable Agriculture. **World Development**, v. 23, n. 8, 1995.

REDE PENSSAN. **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil: II VIGISAN**: relatório final. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>.

ROBBINS, M. J. Exploring the localisation dimension of food sovereignty. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 3, 2015.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. Agroecology versus Input Substitution: A Fundamental Contradiction of Sustainable Agriculture. **Society & Natural Resources**, v.10, n. 3, 1997.

ROSSET, P.; ALTIERI, M. **Agroecologia ciencia y política**. La Paz: Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología (SOCLA), 2018.

ROSSET, P. **Food is Different**: Why we must get the WTO out of Agriculture. Zed Books, 2006.

SCHNEIDER, S.; SCHUBERT, M.; ESCHER, F. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar: uma apresentação ao debate. **Revista Mundi Meio Ambiente e Agrárias**, Curitiba, v. 1, n. 1, 2016.

SCRINIS, G. **Nutricionismo: a ciência e a política do aconselhamento nutricional**. São Paulo: Elefante, 2021.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERVIÇO PÚBLICO PELA DEMOCRACIA. **Um ano de desgoverno golpista**: muitos anos de retrocesso. Brasília: [s.n.], 2017.

SHAND, H.; WETTER, K. J.; CHOWDRY, K. **Barones de la Alimentación**: lucro con las crisis, digitalización y nuevo poder corporativo. Montreal: ETC Group, 2022. Disponível em: <<https://www.etcgroup.org/es/content/food-barons-2022-es>>.

SMALLWOOD, M. **Regenerative Organic Agriculture and Climate Change**: A Down-to-Earth Solution to Global Warming. Kutztown:

Rodale Institute, 2015. Disponível em: <<https://rodaleinstitute.org/wp-content/uploads/rodale-white-paper.pdf>>.

STEINER, R. **Fundamentos da Agricultura Biodinâmica**. São Paulo: Antroposófica, 2010.

TAKAGI, M. A Implantação do Programa Fome Zero no Governo Lula. In: ARANHA, A. V. **Fome Zero: Uma História Brasileira**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2012.

TANSLEY, A. G. The Use and Abuse of Vegetational Concepts and Terms. **Progress in Physical Geography: Earth and Environment**, v. 31, n. 5, 1935.

VIA CAMPESINA. Declaração de Nyéléni. **Fórum Mundial pela Soberania Alimentar**, 26 mar. 2007. <https://nyeleni.org/spip.php?article327>.

VIA CAMPESINA. **The people of the world confront the advance of capitalism: Rio +20 and beyond**. [S.l.]: [s.n.], 2012. Disponível em: <<https://viacampesina.org>>.

VIA CAMPESINA. **Declaration of the international forum for agroecology**. [S.l.]: [s.n.], 2015. Disponível em: <<https://www.foodsovereignty.org>>. Acesso em: maio 2022.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, 2009.

Submetido em: 03 de abril de 2024

Devolvido para revisão em: 19 de agosto de 2024

Aprovado em: 31 de agosto de 2024

DOI: [https://doi.org/10.62516/terra\\_livre.2024.3395](https://doi.org/10.62516/terra_livre.2024.3395)

Como citar:

PEREIRA, D.; FAKIH, T.; MAYMONE, C. CONVERGÊNCIAS ENTRE A SOBERANIA ALIMENTAR E A AGROECOLOGIA. **Terra Livre**, São Paulo, ano 39, v.1, n.62, jan.-jun. 2024, p. 528-569. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3395>. Acesso em: dia/mês/ano.